

42º Encontro Anual da Anpocs

SPG06 - Comunicação política, democracia e eleições no Brasil

A notícia como reforço da opinião dos jornais? Um estudo acerca da homogeneidade entre editoriais e fontes noticiosas sobre o *impeachment* de Dilma Rousseff

Camila Mont'Alverne
Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Giulia Sbaraini Fontes
Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Resumo: O objetivo do artigo é examinar se, e em que medida, o material noticioso é utilizado para reforçar o posicionamento dos periódicos. Para isso, foram comparadas as opiniões acerca do *impeachment* de Dilma Rousseff, expressas em editoriais dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, com o posicionamento de fontes ouvidas em reportagens de capa publicadas pelos periódicos entre janeiro de 2015 e dezembro de 2016. O *corpus* é resultado de uma seleção realizada por meio das palavras-chave “*impeachment*” ou “impedimento”, que deveriam constar nos editoriais ou nas manchetes de capa. Com isso, foram analisados 506 editoriais e 338 pronunciamentos de fontes ouvidas em 87 reportagens de capa. Duas hipóteses são investigadas a partir de uma Análise de Conteúdo dos editoriais e dos posicionamentos das fontes: 1) há alto grau de homogeneidade entre os posicionamentos das fontes e as opiniões dos jornais em seus editoriais; 2) a presença, nas notícias, de fontes que contradizem a opinião dos jornais é menor em relação à dos atores que reafirmam o posicionamento editorial dos periódicos. Os resultados, obtidos por meio de testes de associação entre as variáveis e do cálculo do índice de homogeneidade da cobertura, permitiram refutar a H1, pois se verificou baixa tendência de homogeneidade entre os posicionamentos de fontes e dos editoriais. Já a H2 foi parcialmente confirmada, já que houve espaço para apresentação de posições conflitantes com as dos jornais, embora posicionamentos em acordo com elas também tenham sido apresentados.

Palavras-Chave: Impeachment. Fonte jornalística. Editorial.

1. Introdução

A atuação política das empresas jornalísticas pode ser expressada de diferentes formas. Uma das mais claras é pela publicação de textos editoriais, nos quais são explicitados os pontos de vista do jornal (EILDERS, 1999; HALLOCK, 2007; MONT’ALVERNE; MARQUES, 2015), ou pelo desequilíbrio em relação ao conteúdo do noticiário, algo reconhecido como *media bias* ou viés (ALDÉ; MENDES; FIGUEIREDO, 2007; AZEVEDO, 2009; CERON; MEMOLI, 2015; HAHN; LEE; LEE, 2015). Também há autores que tratam de uma atuação política de caráter direto, nas quais as empresas fariam *lobby* em favor de certas políticas ou até se responsabilizariam por doações em períodos eleitorais (EBERWEIN; PORLEZZA; SPLENDORE, 2015; PATTERSON, 1997).

Este trabalho lida com uma abordagem indireta (PAGE, 1996), procurando compreender a atuação política do Jornalismo brasileiro dentro do conteúdo publicado pelos periódicos por meio do caso de duas empresas jornalísticas: *Folha de S. Paulo* (FSP) e *O Estado de S. Paulo* (OESP). Neste sentido, é fundamental a ideia de Cook (2005, p. 203) de que seriam justamente os procedimentos adotados com a finalidade de garantir a imparcialidade do produto jornalístico os responsáveis por enviasar a

cobertura, ao mesmo tempo em que constroem uma aura de objetividade. Ou seja, “de sua adesão a princípios de objetividade e deferência aos fatos e sua distância 'custe o que custar' em relação às consequências sociais e políticas de sua cobertura”¹. A atuação política do Jornalismo que nos interessa investigar se constituiria, portanto, na medida em que as empresas legitimam autoridades e perspectivas específicas, utilizando-se das técnicas que visam a objetividade jornalística, podendo favorecer certos grupos e conjuntos de ideias.

As fontes ouvidas pelo noticiário fazem uso da visibilidade oferecida pelo campo jornalístico, ao indicar que elas têm algo de relevante a ser dito sobre o assunto. Embora uma das regras a nortear a produção jornalística seja a de oferecer espaço ao contraditório, é possível que os periódicos selecionem fontes com perspectivas similares às aquelas defendidas em editoriais (BERKEL, 2006; GRONEMEYER; LEÓN-PORATH; PORATH, 2018; GRONEMEYER; PORATH, 2015; HAGEN, 1993; TRESCH, 2012), especialmente no caso de assuntos polêmicos sobre os quais a publicação possui uma opinião definida.

Neste sentido, já se sabe que FSP e OESP posicionaram-se de forma a construir a legitimidade do *impeachment* de Dilma Rousseff em seus editoriais (GUAZINA; PRIOR; ARAÚJO, 2017; MARQUES; MONT’ALVERNE; MITOZO, 2018). Esta pesquisa, por sua vez, propõe dar um passo adiante nos estudos acerca das imbricações entre Jornalismo informativo e opinativo e no esclarecimento do papel do Jornalismo no impedimento da ex-presidente, a partir de uma perspectiva ainda pouco investigada empiricamente no caso brasileiro. Assim, tem como objetivo examinar se, e em que medida, as fontes citadas na cobertura noticiosa são utilizadas para reforçar o posicionamento dos periódicos. Para isso, será investigado se há (e em que grau) homogeneidade entre o posicionamento das fontes ouvidas por reportagens de capa tratando do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff e a opinião expressada pelos editoriais de FSP e OESP sobre o assunto.

Ressalte-se que o artigo não se dedica a investigar o agendamento entre seção noticiosa e opinativa. Deste modo, o foco não recai em analisar relações causais entre o conteúdo publicado nos editoriais e os posicionamentos das fontes ouvidas. O intuito, portanto, é observar se há homogeneidade entre as duas dimensões, sem que isso

¹ Todas as traduções apresentadas neste artigo são de responsabilidade das autoras.

implique necessariamente em uma editorialização deliberada das notícias, por exemplo – algo que demandaria uma pesquisa específica.

Já a escolha dos jornais para o estudo é justificada por estes serem dois dos *quality-papers* brasileiros de maior tiragem, dispendo de considerável ressonância junto a elites políticas e econômicas do Brasil (AZEVEDO, 2016; LATTMAN-WELTMAN; CHAGAS, 2016). Os periódicos também dispõem de razoável poder de agenda junto a outras publicações do país, tendo em vista que parte da atividade jornalística consiste em acompanhar o que é publicado por jornais de referência para saber quais pautas são importantes (MCCOMBS, 2005).

O artigo está dividido da seguinte forma: a próxima seção discute a utilização estratégica de fontes noticiosas de forma a reforçar os posicionamentos apresentados pelos jornais e apresenta as hipóteses do trabalho. Depois, são feitos esclarecimentos sobre a metodologia, aplicada na seção seguinte, da análise empírica. Por fim, a discussão dos dados e conclusão encerram o artigo.

2. Testemunhas oportunas: quando o Jornalismo usa a seção noticiosa para se posicionar

Ainda que de maneira diferente dos agentes políticos da esfera representativa tradicional, as empresas jornalísticas atuam politicamente e possuem interesses a ser defendidos. Neste sentido, Klein e MacCoby (1954) já apresentam estudo acerca da objetividade da cobertura da campanha presidencial dos EUA de 1952 – e identificam questionamentos que permanecem na agenda de estudiosos da comunicação até os dias atuais, como a possibilidade de parcialidade e viés perpassando a cobertura. Deste modo, o incômodo acerca da impossibilidade de o Jornalismo informativo oferecer uma cobertura isenta de opiniões se mostra constante, especialmente em momentos críticos, a exemplo de crises políticas ou eleições. Especificamente sobre o caso do *impeachment* de Dilma Rousseff, cuja cobertura será analisada neste artigo, deve-se ressaltar o papel do Jornalismo no processo que culminou no afastamento da ex-presidente, com apoio expresso a seu afastamento em editoriais (ALBUQUERQUE, 2017; MARQUES; MONT’ALVERNE; MITOZO, 2018).

Ao estudar *impeachments* no caso latino-americano, Pérez-Liñán (2007) diagnostica que o dispositivo legal tem sido usado como forma de destituir presidentes “indesejados” sem destruir a ordem constitucional. Ou seja, uma característica fundamental é que a remoção dos mandatários seja apresentada como legítima. O autor ainda identifica três atores relevantes para o sucesso de um *impeachment*: a) a mídia, através da divulgação sistemática de escândalos; b) o Congresso, nos casos em que o presidente não consegue garantir seu apoio; e c) a população, ao se envolver em movimentações em favor da deposição do mandatário. Assim, torna-se fundamental investigar a atuação política do Jornalismo neste contexto.

Em relação ao conteúdo jornalístico, parece evidente a relevância das rotinas produtivas e das regras responsáveis por condicionar a configuração final do produto jornalístico. Na esteira do que é defendido por Sparrow (2006), compreende-se que as empresas jornalísticas são instituições particularmente interessadas na realidade construída por elas mesmas, através do que definem como notícias. Argumenta-se, portanto, que as regras de produção jornalística, junto à priorização de certas perspectivas e agendas, são fundamentais para configurar a atuação política das empresas, ao legitimar demandas e autoridades.

Neste sentido, Adam *et al* (2017, p. 3) afirmam que existem duas formas pelas quais os *media* podem tornar claros seus posicionamentos:

A opção mais óbvia é que o meio publique um comentário levado à frente pelos seus próprios jornalistas. Uma forma mais discreta de tornar proeminentes posições específicas é associada com o papel de *gatekeepers* dos *media* noticiosos, o que configura sua seção informativa. No seu papel como *gatekeepers*, a mídia deve decidir não apenas quais questões tornar mais importantes na agenda, mas também como apresentá-las. Frequentemente, ela faz isso ao selecionar fontes da arena política ou social que apresentam enquadramentos e avaliações específicas.

A priorização de perspectivas e fontes não acontece, necessariamente, devido a preferências ideológicas. Na realidade, está atrelada aos constrangimentos provenientes da estrutura da atividade. Sparrow (1999) afirma que a seleção de determinadas fontes está ligada à tentativa de lidar com as incertezas provenientes do cotidiano jornalístico, fazendo com que algumas sejam privilegiadas. Os constrangimentos estruturais da atividade jornalística seriam responsáveis, inclusive, por uma tendência a visibilizar histórias com personagens, temáticas e enquadramentos semelhantes. Cook (2005) apresenta isto como a hipótese da homogeneidade.

Não há, porém, consenso concernente à hipótese de que os interesses políticos dos jornais condicionem a cobertura (ADAM et al., 2017; EILDERS, 2015). Um dos desenhos de pesquisa adotados para testá-la é a observação das opiniões das fontes ouvidas pelas publicações, comparando-as com os posicionamentos apresentados pelas próprias empresas.

Já existem estudos tratando da relação entre fontes e posicionamentos editoriais. O de Hagen (1993), por exemplo, denomina as fontes que estão alinhadas com os posicionamentos dos periódicos de “testemunhas oportunas” (*opportune witnesses*), mobilizadas de forma a reforçar as opiniões das publicações nas notícias – na expectativa de garantir um ar de objetividade mesmo quando esta pode ser apenas aparente. Tal artigo aponta que, quanto mais os jornalistas eram a favor da polêmica analisada, mais havia argumentos favoráveis ao assunto no jornal. O autor alega, assim, que os jornalistas preferem ouvir fontes que estejam de acordo com seus posicionamentos ou com a linha editorial da publicação.

Já o trabalho de Berkel (2006) lida com a utilização de testemunhas oportunas em relação à opinião do jornal. No caso analisado, a autora encontra uma correlação entre o posicionamento dos jornais e as opiniões dos agentes políticos ouvidos como fontes nas notícias. Também lidando com editoriais, em estudo sobre jornais chilenos, Gronemeyer e Porath (2015) identificam algum grau de homogeneidade entre fontes ouvidas em notícias e posicionamentos expressados pelos periódicos estudados, mas não consideram que os dados são suficientes para afirmar que a cobertura seja homogênea.

Como os artigos mencionados indicam, a seleção de fontes é mais um espaço no qual os jornalistas têm a possibilidade de favorecer as perspectivas que mais se adequem às suas expectativas ou às das empresas nas quais trabalham, sem necessidade de, abertamente, interferir no conteúdo publicado. A interferência se dá em um nível anterior à elaboração do texto, acontecendo durante o processo produtivo, que pode ser influenciado por diversos fatores, a exemplo da tentativa do repórter em adequar-se à linha editorial da empresa na qual trabalha ou das características da atividade jornalística responsáveis por indicar que uma fonte é confiável e deve ser ouvida (BREED, 1955; COOK, 2005; SPARROW, 1999; TUCHMAN, 1978).

É possível que a utilização das fontes escolhidas seja até mesmo defensável do ponto de vista dos critérios jornalísticos. Isto não impede, porém, que elas contribuam para privilegiar o ponto de vista que mais interessa à empresa, indicando as limitações de

estratégias como objetividade em evitar desequilíbrio na cobertura. No caso de *quality papers*, como são as publicações analisadas neste artigo, trata-se de agentes privilegiados no campo jornalístico, dispondo de possibilidade ainda maior de legitimar a autoridade das fontes cujas perspectivas são apresentadas (GRONEMEYER; LEÓN-PORATH; PORATH, 2018).

Diante do que foi apresentado, este artigo se propõe a testar as seguintes hipóteses:

H1: Há alto grau de homogeneidade entre os posicionamentos apresentados pelas fontes ouvidas no noticiário e as opiniões expressadas pelos jornais em seus editoriais, evidenciando a utilização das fontes como testemunhas oportunas.

H2: A presença, nas notícias, de fontes que contradizem a opinião expressada pelos jornais em seus editoriais é menor em relação à dos atores que reafirmam o posicionamento dos periódicos.

3. Estratégias metodológicas

A fim de testar as hipóteses apresentadas, o artigo lança mão de uma Análise de Conteúdo de 87 reportagens de capa e de 506 editoriais dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* que abordaram o *impeachment* de Dilma Rousseff. Foram selecionados textos que trouxeram as palavras-chave “*impeachment*” ou “impedimento”, publicados entre janeiro de 2015 e dezembro de 2016.

No caso das reportagens, a seleção se deu a partir da manchete do dia. Caso ela trouxesse ao menos uma das palavras-chave definidas para a coleta, a reportagem completa seria analisada. Ressalte-se que, no caso do material informativo, o que interessa ao trabalho são as opiniões emitidas pelas fontes ouvidas. Portanto, a unidade de análise é o posicionamento da fonte, resultando na codificação de 338 fontes. Já no que tange ao editorial, o próprio texto foi categorizado, por ser o portador da opinião da publicação.

A opção por comparar reportagens de capa e editoriais se dá pela tentativa de cotejar textos de importância semelhante dentro de suas seções. A manchete – e, conseqüentemente, a reportagem de capa – cumpre função essencial na hierarquia das

notícias, sendo responsável por apontar ao leitor o que prioritariamente merece sua atenção (SHAW, 1979; WEAVER; MCCOMBS; SPELLMAN, 2000). O editorial, por sua vez, carrega a opinião institucional do jornal, revelando como a empresa compreende diversas questões públicas, com o objetivo de influenciar tomadores de decisão e evidenciando sua atuação política (AZEVEDO, 2016; BELTRÃO, 1980; HALLOCK, 2007; MONT’ALVERNE; MARQUES, 2015; PAGE, 1996; RUPAR, 2007).

A partir disso, os editoriais e os posicionamentos das fontes foram codificados dentro de 3 eixos, a saber: a) argumento legitimador; b) soluções apontadas para a situação política; c) consequências do *impeachment*. Cada uma delas é composta pelas categorias apresentadas no quadro abaixo, que foram adaptadas do trabalho de Marques, Mont’Alverne e Mitozo (2018). A vantagem desta categorização reside na possibilidade de ter sido desenvolvida para analisar editoriais, que são textos de caráter opinativo. Assim, pode ser ajustada para comparar opiniões emitidas pelo jornal com aquelas expressadas pelas fontes, situando-se em um mesmo nível de análise, já que são ambos enunciados de caráter opinativo.

Como, especialmente no caso dos editoriais, era frequente que um mesmo texto trouxesse mais de uma categoria – mobilizando diferentes argumentos a fim de justificar a opinião defendida para determinado assunto – optou-se por permitir que mais de um item fosse associado a uma unidade de análise. Na prática, se um editorial ou fonte jornalística apresentava mais de uma categoria, a unidade era duplicada, de modo que cada célula da planilha trouxesse, apenas, uma categoria. Isso fez com que o número final de casos para cada variável se tornasse maior que o número inicial de unidades de análise, conforme fica claro mais adiante, na exposição dos resultados. Além disso, cabe esclarecer que as opiniões das fontes foram codificadas se estivessem expressas entre aspas ou em forma de discurso indireto. As categorias mobilizadas para a codificação estão detalhadas no quadro abaixo.

QUADRO 1
Categorias de análise

Eixo	Categorias
Argumento legitimador	0 – <i>Não apresenta argumento legitimador</i> 1 – <i>Normas legais</i> : menciona a Constituição ou outras leis; 2 – <i>Crime de responsabilidade</i> : citação de crime de responsabilidade, as “pedaladas”

	<p>fiscais”;</p> <p>3 – <i>Voz do Povo</i>: citação de avaliação do governo ou protestos;</p> <p>4 – <i>Crise econômica</i>: citação de crise econômica e seus elementos;</p> <p>5 – <i>Crise política</i>: citação de crise política e seus elementos;</p> <p>6 – <i>Corrupção e fisiologismo</i>: citação textual de uso da máquina, repercussão de denúncias e escândalos;</p> <p>7 – <i>Incompetência</i>: citação de argumentos de caráter pessoal em relação a Dilma, apresentando-a como agente político incompetente, inepta;</p> <p>8 – <i>Não há razão suficiente para o impeachment</i>: citação de que não há motivos que justifiquem o <i>impeachment</i> de Dilma;</p> <p>9 – <i>Outra</i>: quando não se enquadra nos casos anteriores.</p>
Soluções para a situação política	<p>0 – <i>Não apresenta saída</i>;</p> <p>1 – <i>Impeachment</i>: citação direta de apoio ao <i>impeachment</i>;</p> <p>2 – <i>Renúncia</i>: citação de renúncia como a melhor saída;</p> <p>3 – <i>Novas eleições</i>: citação de novas eleições como a saída mais viável;</p> <p>4 – <i>Algo deve ser feito</i>: citação de que deve haver resolução do impasse político, embora sem que o jornal/fonte especifique qual seria melhor;</p> <p>5 – <i>Dilma prossegue com o mandato</i>: citação de que Dilma deveria prosseguir com o mandato normalmente;</p> <p>6 – <i>Outra</i>: quando não se enquadra nos casos anteriores.</p>
Consequências do <i>impeachment</i>	<p>0 – <i>Não apresenta consequência</i></p> <p>1 – <i>Instabilidade política</i>: aponta elementos de instabilidade política pós-<i>impeachment</i>, incluindo suas implicações para o regime democrático;</p> <p>2 – <i>Instabilidade econômica</i>: aponta elementos de instabilidade econômica pós-<i>impeachment</i>;</p> <p>3 – <i>Melhora do cenário econômico</i>: aponta elementos de melhoria econômica pós-<i>impeachment</i>;</p> <p>4 – <i>Melhora do cenário político</i>: aponta elementos de melhoria da crise política pós-<i>impeachment</i>;</p> <p>5 – <i>Melhora geral</i>: aponta elementos de melhoria em diversas áreas pós-<i>impeachment</i>;</p> <p>6 – <i>Futuro incerto</i>: aponta cenário de incerteza pós-<i>impeachment</i>;</p> <p>7 – <i>Outra</i>: quando não se enquadra nos casos</p>

FONTE – Adaptado de Marques, Mont’Alverne e Mitozo, 2018.

Para garantir a confiabilidade da análise, foi realizado um teste antes da codificação completa do *corpus* pelas autoras. O resultado foi um alfa de Cronbach de 0,872 para o eixo “Argumento legitimador” e 0,714 para “Soluções para a situação política”, implicando nível de concordância satisfatório entre os codificadores (CERVI, 2017). No caso de “Consequências do *impeachment*”, o resultado da confiabilidade foi 0,652. Apesar de estar no limite do aceitável, deve-se considerar que o valor menor que os demais é explicado pela baixa incidência de trechos especulando sobre os desdobramentos do impedimento da presidente. Assim, uma leve discordância entre os codificadores – o que efetivamente aconteceu – leva a alterações significativas no índice.

Após a categorização dos editoriais e dos posicionamentos das fontes, além da compilação dos dados por meio de ferramentas estatísticas descritivas e testes de associação entre as variáveis², foi calculado o índice de homogeneidade (IH) entre os editoriais e os posicionamentos das fontes em cada variável. O IH foi desenvolvido por Gronemeyer e Porath (2015) e é calculado ao subtrair a quantidade de vezes que a fonte discordou do jornal da quantidade de vezes que concordou, dividido pelo número de opiniões emitidas pelo jornal sobre a variável. Como, no caso do material informativo, a unidade de análise aqui estudada são as fontes, uma matéria pode conter mais de um posicionamento. A comparação, portanto, é realizada entre a opinião das fontes e a dos editoriais, não do texto noticioso como um todo. O índice de homogeneidade pode variar entre -1 e 1. Valores positivos refletem a porcentagem da coincidência de uma fonte com as opiniões expressadas em editoriais, enquanto valores negativos indicam que a fonte tende a discordar proporcionalmente de tais opiniões.

4. Análise empírica

² Para observar a associação entre as variáveis, utilizamos dois testes estatísticos. Como a aplicação do teste de Qui-quadrado teve resultados estatisticamente significativos em todos os cruzamentos realizados, observamos também o valor do coeficiente V de Cramer. Como explica Cervi (2014), este coeficiente indica qual a força da associação direta entre o conjunto das categorias das duas variáveis testadas. Além disso, utilizamos os resíduos padronizados com o objetivo de verificar em quais categorias acontece a associação indicada pelo V de Cramer. Quando o intervalo de confiança e de 95%, os pares de categorias que apresentam resíduos maiores que 1,96 têm frequência observada maior do que a esperada. Já quando o valor para os pares é menor que -1,96, a frequência observada é menor do que a esperada.

Começamos a análise apresentando os resultados de associação entre os eixos analisados e os jornais que constituem o *corpus* da pesquisa. Como observamos na tabela 1, em todos os eixos há associação estatisticamente significativa. Isso significa que os resultados observados nos eixos são condicionados, em menor ou maior grau, pelo jornal (FSP ou OESP, nesse caso) em que o texto foi publicado, seja ele editorial ou notícia. Observamos pelo valor dos coeficientes, entretanto, que a associação não é alta, mesmo que seja estatisticamente significativa. A maior acontece no eixo de soluções para a situação política, em que há associação de 43,4% – o que faz sentido, dado que eles aventam caminhos distintos para resolver o impasse, especialmente nos textos opinativos. Como o objetivo do artigo é realizar a comparação entre editoriais e as posições das fontes dos textos jornalísticos, trazemos este dado apenas para conhecimento do leitor. Em pesquisas futuras será possível explorar de forma mais aprofundada as distinções entre os periódicos analisados, visto que os dados indicam que há diferenças de abordagens entre ambos. De qualquer forma, os resultados enfraquecem a ideia de que houve homogeneidade total na forma que FSP e OESP cobriram o *impeachment*.

	Qui-quadrado	V de Cramer	Valor de p
Argumento legitimador	300,291	0,330	0,000
Saídas para a situação política	330,219	0,434	0,000
Consequências	231,050	0,364	0,000

TABELA 1 – Valores de associação entre os eixos e os jornais analisados
 FONTE – Autoras, 2018.

A partir disso, passamos a analisar os resultados em cada um dos eixos, separando os resultados por tipo de unidade de análise (editorial ou fonte noticiosa). Lembramos que cada texto e cada fonte poderiam ser associados a mais de uma categoria em cada eixo, o que justifica o total superior ao número de unidades de análise apresentado na seção anterior. No primeiro eixo, o dos argumentos legitimadores, observa-se uma grande associação entre as eixo e tipo de texto analisado: 64,3%, de acordo com o coeficiente V de Cramer. Isso indica que existem diferenças estatisticamente significativas entre os argumentos mobilizados por editoriais e fontes noticiosas, o que representa um forte indício de que a hipótese 1, apresentada no início do artigo, não deve ser confirmada.

Conforme os dados apresentados na tabela 2, as diferenças estão bem distribuídas entre as categorias, mas algumas se sobressaem se considerados os valores dos resíduos

padronizados. No caso dos editoriais, a quantidade de casos em que não há argumentos legitimadores está significativamente abaixo do esperado, enquanto o contrário acontece para as fontes. O resultado pode estar relacionado justamente à distinção entre os gêneros dos textos, na medida em que os editoriais são espaços em que há defesa de um determinado posicionamento, de modo que o argumento legitimador pode reforçar a opinião defendida pelo periódico.

Outra categoria que chama a atenção é “não há razão para o *impeachment*”, que aparece mais do que o esperado entre as fontes noticiosas (RP de 7,6). Isso indica que os jornais deram espaço para fontes que não defendiam o impedimento de Dilma Rousseff, mesmo que não defendessem tal posicionamento em seus editoriais. Essa categoria reuniu, por exemplo, fontes que tratavam o *impeachment* como “golpe” ou fruto de manobras políticas de outros agentes envolvidos, como o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha.

Argumento legitimador	Editorial			Fontes noticiosas		
	N	%	RP	N	%	RP
Não apresenta	53	5,2%	-9,2	184	53%	16,1
Normas legais	128	12,4%	0	43	12,4%	0
Crime de responsabilidade	90	8,7%	0,4	25	7,2%	-0,7
Voz do povo	131	12,7%	1,9	17	4,9%	-3,3
Crise econômica	191	18,6%	3,5	7	2%	-6,1
Crise política	103	10%	2,2	8	2,3%	-3,8
Corrupção e fisiologismo	209	20,3%	3	18	5,2%	-5,2
Incompetência	100	9,7%	2,5	4	1,2%	-4,3
Não há razão para o <i>impeachment</i>	9	0,9%	-4,4	38	11%	7,6
Outra	15	1,5%	0,4	3	0,9%	-0,7
Total	1029	100%		347	100%	

Qui-quadrado = 568,309 p = 0,000; V de Cramer = 0,643 p = 0,000

TABELA 2 – Argumentos legitimadores
 FONTE – Autoras, 2018.

A ênfase distinta entre as duas seções fica ainda mais clara ao observar-se os argumentos “Crise econômica”, “Crise política”, “Corrupção e fisiologismo” e “Incompetência”. Em todos eles, os editoriais tendem a mobilizar estes argumentos de

forma mais frequente, enquanto as fontes fazem o contrário. Na realidade, quase todos os argumentos legitimadores são menos mobilizados pelas fontes do que o esperado, indicando que poucos deles foram apresentados – mesmo que os periódicos tivessem posições fechadas sobre o assunto.

Já no que diz respeito às soluções apresentadas para a situação política, observa-se que também há associação estatisticamente significativa entre as variáveis, porém de natureza mais fraca que a anterior (36,4%). Nesse caso, os resíduos padronizados indicam mais uma vez que os jornais deram espaço a fontes que divergiram do posicionamento da própria empresa jornalística, visto que há mais casos do que o esperado entre as fontes noticiosas na categoria “Dilma prossegue com o mandato”.

Além disso, apesar de não apresentarem resíduos padronizados estatisticamente significativos, cabe destaque ao fato de que tanto editoriais quanto fontes apresentam alto índice de ausência neste eixo. Nesse caso, podemos conjecturar que o texto jornalístico, seja de opinião ou noticioso, não necessariamente se coloca como uma fonte de alternativas ou soluções para os problemas que apresenta (ENTMAN, 2004; FONTES; FERRACIOLI, 2017).

Soluções	Editorial			Fontes noticiosas		
	N	%	RP	N	%	RP
Não apresenta	331	62,7%	1,2	184	53%	-1,4
Impeachment	138	26,1%	0	90	25,9%	0
Renúncia	23	4,4%	1,8	3	0,9%	-2,3
Novas eleições	16	3%	1,3	3	0,9%	-1,7
Algo deve ser feito	10	1,9%	1,6	0	0%	-2
Dilma prossegue com o mandato	4	0,8%	-5,9	67	19,3%	7,3
Outra	6	1,1%	1,1	0	0%	-1,4
Total	528	100%		347	100%	

Qui-quadrado = 115,757, p = 0,000; V de Cramer = 0,364 p = 0,000

TABELA 3 – Soluções para a situação política
 FONTE – Autoras, 2018.

Por fim, o mesmo processo foi realizado para o último eixo de análise, que diz respeito às consequências do *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff (tabela 4). As duas variáveis foram as que apresentaram a menor associação (29,9%), mesmo

que ela possa ser considerada próxima a moderada. Os resíduos padronizados indicaram que a maior diferença entre editoriais e fontes noticiosas aparece na categoria “melhora do cenário econômico”, que aparece mais do que o esperado no primeiro caso e o contrário no segundo. O resultado corrobora o que foi apresentado nos outros eixos: se os editoriais consideraram, no geral, que o *impeachment* de Dilma seria uma boa solução para a situação política do país (visto que somente 4,8% dos casos apresentaram a categoria “futuro incerto”), o mesmo não ocorreu entre as fontes noticiosas. No segundo caso, parte significativa das unidades de análise não apresentou consequências para o impedimento da então presidente, o que pode sinalizar que o material noticioso seria mais descritivo e focado nos acontecimentos presentes. No entanto, quando há especulação sobre os efeitos do processo, as fontes tendem a apresentar diagnósticos mais negativos que os editoriais.

Consequências	Editorial			Fontes noticiosas		
	N	%	RP	N	%	RP
Não apresenta	372	70,9%	-2,3	325	93,7%	2,9
Instabilidade política	20	3,8%	0,3	11	3,2%	-0,4
Instabilidade econômica	6	1,1%	0,9	1	0,3%	-1,1
Melhora do cenário econômico	51	9,7%	3,2	3	0,9%	-4
Melhora do cenário político	14	2,7%	1,9	0	0%	-2,4
Melhora geral	27	5,1%	2,3	2	0,6%	-2,8
Futuro incerto	25	4,8%	1,6	5	1,4%	-2
Outro	10	1,9%	1,6	0	0%	-2
Total	525	100%		347	100%	

Qui-quadrado = 77,813 p = 0,000; V de Cramer = 0,299 p = 0,000

TABELA 4 – Consequências do *impeachment*
 FONTE – Autoras, 2018.

A partir dos resultados das variáveis para fontes e editoriais, buscou-se verificar qual o grau de homogeneidade entre as opiniões emitidas pelos atores e pelas peças opinativas de cada jornal (quadro 2). A média dos índices de homogeneidade foi calculada por variável, permitindo-se visualizar as diferenças entre cada uma delas. De início, destaca-se que nenhuma das variáveis apresenta uma forte homogeneidade entre o

posicionamento das fontes e aquele apresentado pelos jornais, como os resultados apresentados anteriormente já indicavam. Índícios de tendências podem ser detectados, mas, de modo geral, as fontes noticiosas ouvidas não necessariamente expressavam opiniões associadas àquelas dos editoriais. O valor 0 para o índice de homogeneidade indica que a publicação tende a proporcionar chances iguais de que opiniões coincidentes e não coincidentes com as suas sejam apresentadas nas notícias.

Devido à quantidade de textos nos quais os pronunciamentos das fontes não traziam nenhuma das categorias, o índice também foi calculado levando em conta apenas os casos em que havia alguma manifestação. Isto permite saber se as fontes cujas posições acerca do impeachment são efetivamente visibilizadas se aproximam das perspectivas defendidas pelos jornais. Como pode ser visto pelo quadro, porém, a tendência de baixa homogeneidade entre fontes e editoriais permaneceu.

QUADRO 2
Índice de homogeneidade

	Variável	Índice de Homogeneidade (média)	Desvio padrão
FSP	Argumento legitimador (todas as fontes)	0,003	0,01
	Argumento legitimador (apenas fontes que mencionam as categorias)	0,006	0,015
	Saídas (todas as fontes)	0,002	0,02
	Saídas (apenas fontes que mencionam as categorias)	0,004	0,03
	Consequências (todas as fontes)	0,003	0,009
	Consequências (apenas fontes que mencionam as categorias)	0,03	0,009
OESP	Argumento legitimador (todas as fontes)	0,001	0,003
	Argumento legitimador (apenas fontes que mencionam as categorias)	0,003	0,004
	Saídas (todas as fontes)	0,0007	0,0095
	Saídas (apenas fontes que mencionam as categorias)	0,001	0,013
	Consequências (todas as fontes)	-0,0003	0,003

	Consequências (apenas fontes que mencionam as categorias)	-0,002	0,01
--	---	--------	------

FONTE – Autoras, 2018.

Dentre as informações que o índice de homogeneidade oferece, é importante ressaltar o padrão de comportamento semelhante de ambos os jornais. Praticamente não é possível diagnosticar tendências de homogeneidade no posicionamento das fontes de acordo com os eixos ou jornais. No entanto, há uma leve tendência de que elas discordem das consequências do *impeachment* aventadas pelos editoriais de OESP.

Assim, o jornal parece abrir mais espaço para dissonâncias ao discutir os possíveis desdobramentos do impedimento de Dilma Rousseff. Este quadro se deve também ao fato de a FSP ter especulado sobre diversas consequências após o afastamento da então presidente (positivas e negativas), enquanto OESP tinha o posicionamento consistente de que haveria melhorias no país. Deste modo, como a primeira publicação elenca desdobramentos de caráter diferente, há maior chance de que as fontes se aproximem, pelo menos, de alguma delas.

5. Discussão e conclusão

O objetivo deste artigo foi verificar se, e em que medida, as fontes mobilizadas pelos textos noticiosos corroboraram a opinião de FSP e OESP a respeito do *impeachment* de Dilma Rousseff. Para tanto, foi realizada uma Análise de Conteúdo de reportagens de capa e de editoriais publicados pelos periódicos durante os anos de 2015 e 2016, o período no qual o processo de desenrolou. A partir dos resultados, foram realizados testes de associação entre as variáveis e, ademais, foi calculado o índice de homogeneidade de Gronemeyer e Porath (2015) para verificar se, e em que grau, as fontes serviram como testemunhas oportunas para os periódicos em questão.

De início, é preciso reconhecer que a amostra realizada nesse artigo compreende apenas uma parte da produção noticiosa e opinativa a respeito do tema. Entretanto, consideramos esse estudo como o início de uma pesquisa mais ampla sobre o assunto. Assim, com os resultados e a metodologia expostos aqui, é possível tecer comentários acerca da homogeneidade entre os posicionamentos de fontes e editoriais em um dos

mais importantes eventos políticos recentes do Brasil. Além disso, deve-se considerar que os textos analisados representam as principais peças opinativas e informativas publicadas diariamente pelos periódicos.

Dito isso, tendo como guia da discussão as hipóteses apresentadas no início do artigo, consideramos, a partir dos dados apresentados, não ser possível afirmar que haja alto grau de homogeneidade entre os posicionamentos apresentados pelas fontes ouvidas no noticiário e os posicionamentos dos jornais em seus editoriais. Os valores próximos a 0 para os índices de homogeneidade indicam chances semelhantes de que posicionamentos coincidentes ou não com os dos jornais sejam visibilizados nas notícias. Esse resultado é corroborado pelos demais testes realizados, na medida em que houve associação estatisticamente significativa, mesmo que em maior ou menor grau, entre as categorias mobilizadas e o tipo de texto analisado. Assim, a primeira hipótese foi refutada.

Portanto, os achados do artigo desafiam a ideia de que os periódicos mobilizem as fontes como testemunhas oportunas, com a função de reforçar o ponto defendido nos editoriais. Com isso, o caso da cobertura de FSP e OESP acerca do *impeachment* de Dilma Rousseff parece se assemelhar às tendências diagnosticadas por Gronemeyer e Porath (2015) em relação ao contexto de jornais chilenos. Os autores afirmam que não é possível asseverar a homogeneidade entre posicionamento editorial e das fontes nos periódicos analisados na ocasião. Eles encontraram situações nas quais as fontes das notícias contradisseram as posições expressadas nos editoriais, impossibilitando que se confirme a hipótese de homogeneidade entre fontes noticiosas e editoriais, algo similar ao fenômeno diagnosticado nesta pesquisa.

A segunda hipótese, defendendo que a presença de fontes noticiosas que contradizem a opinião expressada pelos jornais em seus editoriais é menor em relação à dos atores que reafirmam o posicionamento dos periódicos, foi parcialmente comprovada. Os valores para os índices de homogeneidade por variável apresentam valores muito próximos de 0, dificultando que se estabeleçam tendências. No entanto, os resultados dos primeiros testes indicam algumas diferenças consideráveis na frequência das variáveis entre editoriais e fontes noticiosas, especialmente em argumentos legitimadores e consequências. Isto se deve ao fato de que, entre as consequências, há espaço para que as fontes especulem acerca do comprometimento da qualidade da

democracia no Brasil no caso de deposição de Dilma, algo ausente nos editoriais – especialmente, nos de OESP, que tinha uma visão predominantemente positiva do caso.

No caso dos argumentos legitimadores, a tendência era de que os editoriais mobilizassem mais frequentemente justificativas de naturezas diferentes para o afastamento da ex-presidente, enquanto as fontes não apresentaram uma diversidade tão considerável. Os elementos que subsidiaram o *impeachment* de Dilma não parecem, portanto, ter sido colocados em debate a partir do posicionamento das fontes, de forma geral.

A observação dos testes com os eixos aponta haver espaço para posicionamentos conflitantes com os dos periódicos, mas eles não chegam a predominar em relação àqueles coincidentes. Na realidade, fica evidente que as notícias, em ambos jornais, precisam oferecer espaço ao contraditório, o que não é necessário nos editoriais – e isso parece ter acontecido no caso em tela.

Acerca da legitimidade do processo, apenas as fontes noticiosas apresentam questionamentos. No caso dos editoriais, tal questão parece resolvida: embora FSP até questione a conveniência do *impeachment* e prefira outra saída, há uma constante preocupação em defender sua legalidade. OESP, por sua vez, posiciona-se a favor do impedimento desde o início e procura reforçar sua legitimidade. Algo semelhante acontece em relação às soluções para a situação política. Poucos editoriais das publicações apontaram a continuidade do mandato de Dilma como uma possibilidade de resolução do cenário. Além disso, é curioso perceber que, no caso da FSP, as fontes defendem – proporcionalmente – mais o *impeachment* como saída adequada que os editoriais do periódico (estes expressavam a preferência por renúncia e novas eleições).

Se há certa heterogeneidade dentro de cada periódico no que tange às fontes e aos editoriais, os níveis de homogeneidade entre FSP e OESP são semelhantes. O índice de homogeneidade das variáveis é similar em ambos (e apresenta as mesmas tendências), apontando para um padrão de comportamento próximo. É possível que isto indique uma particularidade do fenômeno proposto por Cook (2005) como hipótese da homogeneidade: não necessariamente as perspectivas e fontes mobilizadas pelos jornais são as mesmas, mas as tendências de organização da cobertura são próximas. É provável que isto aconteça devido à lógica produtiva do Jornalismo profissionalizado, que tende a adotar processos semelhantes para elaborar o conteúdo (JOBIM, 1992; LAGE; FARIA, 2004; RIBEIRO, 2003; SILVA, 1990).

A discussão sobre o modo como a prática jornalística se configura no cotidiano das redações traz questionamentos a respeito da forma como as fontes são selecionadas para compor os textos noticiosos. Cabe levar em conta, sendo assim, que os repórteres têm grande influência nesse processo, visto que são esses profissionais que, de fato, conduzem a apuração. Com isso, é possível que esses profissionais utilizem essa margem de atuação para contrapor a opinião da empresa jornalística com suas próprias visões de mundo, em uma aposta de que o texto passaria pelo crivo dos editores mesmo assim. Ademais, existem constrangimentos cotidianos que vão além da escolha subjetiva das fontes, passando por questões como a falta de tempo e a dificuldade em acessar alguns atores durante a apuração. Outro ponto que merece atenção é o contexto ao qual a atividade jornalística estava submetida. A depender do tipo de acontecimento relatado e da atenção que os profissionais esperam receber, mais cuidados podem ser tomados a fim de evitar cobranças por parte da audiência de que a cobertura não foi equilibrada.

A esta altura, é importante comentar, também, o percentual de ausências das variáveis nas notícias. O fenômeno aponta para uma cobertura que parece mais focada em relatar os acontecimentos que em proporcionar discussões de argumentos acerca do impeachment. Isto fica mais evidente ao considerar que boa parte das reportagens de capa analisadas se dedica a relatar informações sobre o andamento institucional do processo, com pouco espaço para um material de caráter interpretativo ou que abranja os diversos matizes da questão em tela. A identificação de posições distintas, inclusive, segue regras da cobertura cotidiana, de apresentar dois lados em conflito – algo já criticado pela literatura sobre Jornalismo político (FALLOWS, 1997; GOMES, 2004; GRABER, 2003; KOVACH; ROSENSTIEL, 2004; MIGUEL, 2002; PATTERSON, 1997; SCHUDSON, 2008; VAN AELST et al., 2015).

Deste modo, a cobertura noticiosa sobre o *impeachment* parece ter seguido os procedimentos normalmente adotados para cobrir o cotidiano da esfera política, conforme apontado por Rizzotto, Prudencio e Sampaio (2017). Não se verifica significativa preocupação em trazer para as reportagens um debate ancorado em argumentos sobre legitimidade, resoluções e consequências do *impeachment*, mesmo quando os periódicos detêm posicionamentos claros sobre o assunto. Em alguma medida, isto pode demonstrar a separação entre as diferentes seções do periódico, em respeito às regras da atividade jornalística.

Na realidade, os dados apontam para uma cobertura do impeachment como “*politics as usual*”. Mesmo que os jornais se esforcem, em seus editoriais, para construir a legitimidade do processo e desejem ver Dilma Rousseff afastada do cargo (MARQUES; MONT’ALVERNE; MITOZO, 2018), isto não parece condicionar a cobertura noticiosa, pelo menos no que se refere à escolha das fontes ouvidas. Tal descoberta dá algumas indicações sobre o comportamento do jornalismo praticado por algumas das principais empresas do país durante o processo: 1) o *impeachment* não recebe uma cobertura noticiosa que discuta, de forma consistente, os argumentos a sustentá-lo ou as consequências do que acontecerá com o país – pelo menos, nos textos destacados como os mais importantes do dia; 2) a defesa do afastamento de Dilma Rousseff em editoriais não redundava em uma cobertura que privilegie agentes que defendem a mesma posição. É provável que, justamente por cobrirem o assunto sem grandes modificações em relação à cobertura política cotidiana, são observadas regras como oferecer espaço ao contraditório; 3) justamente pela magnitude do acontecimento, a estratégia dos periódicos pode ter sido cobrir o assunto sem grandes modificações em relação ao padrão de cobertura cotidiano para evitar acusações de associação com determinados grupos ou partidos, evitando comprometer a própria credibilidade.

Pode ser apontado, ainda, que o nível de debate (considerando a apresentação de argumentos substantivos) nas notícias tende a ser menor em relação ao editorial. As notícias se mostram mais dedicadas a especular acerca dos desdobramentos para o jogo político acarretados pelos acontecimentos, mesmo aqueles com a magnitude do *impeachment*. Os editoriais, por sua vez, parecem ser o espaço no qual argumentos substanciais (acerca de legitimidade do processo, medidas que deveriam ser adotadas e suas consequências) são apresentados e discutidos, alcançando um outro nível de debate.

As ausências indicam, portanto, as diferenças entre os gêneros, pois os editoriais parecem permitir mais espaço para especulação que as notícias, especialmente acerca de saídas para a crise e de consequências do *impeachment*. A ênfase dos gêneros é distinta – o que fica claro pelos próprios argumentos mobilizados. As características dos textos também constroem as possibilidades de tratar dos diversos aspectos envolvendo o processo. Se a tendência é de que os jornalistas falem mais que as fontes no material noticioso (BUCY; GRABE, 2007; CLAYMAN, 2002; HALLIN, 1992), o espaço para apresentar diferentes aspectos de um assunto também é diminuído. Já os editoriais, até

por sua característica de serem textos dedicados ao convencimento dos leitores, têm a possibilidade de mobilizar diferentes questões acerca do tema.

De modo geral, os resultados indicam não ser possível afirmar que as fontes ouvidas em reportagens sobre o *impeachment* de Dilma Rousseff foram mobilizadas apenas como estratégia para reforçar o posicionamento expressado nos editoriais. No entanto, o comportamento dos periódicos guarda semelhanças entre si, indicando certa homogeneidade na forma que cobriram o desenrolar do processo.

Ou seja, as fontes ouvidas pelo material noticioso não foram predominantemente escolhidas de acordo com as opiniões editoriais dos jornais, mas a maneira de organizar a cobertura segue padrões similares. Isto não significa que os periódicos abordaram o assunto estritamente da mesma forma, já que algumas diferenças podem ser apontadas ao observar as frequências das categorias, mas que operam a partir de um referencial semelhante – o que pode ser responsável por uma cobertura mais homogênea entre eles que o desejável a fim de alcançar alguma pluralidade no sistema midiático.

Compreende-se que a pesquisa possui limitações, mas também se entende que o artigo pode constituir um impulso – teórico e metodológico – para que trabalhos futuros se dediquem à comparação entre peças noticiosas e informativas. Em novas pesquisas, por exemplo, será possível verificar a relação temporal entre editoriais e reportagens, buscando perceber se há dinâmicas de agendamento entre esses dois tipos de material. Com isso, espera-se contribuir para o fortalecimento, do ponto de vista empírico, da agenda de pesquisa sobre a atuação política das empresas de comunicação.

Referências

- ADAM, S. et al. News media's position-taking regarding the European Union: the synchronization of mass media's reporting and commentating in the 2014 European Parliament elections. **Journal of European Public Policy**, n. October, p. 1–19, 2017.
- ALBUQUERQUE, A. DE. Protecting democracy or conspiring against it? Media and politics in Latin America: A glimpse from Brazil. **Journalism**, p. 1–18, 2017.
- ALDÉ, A.; MENDES, G.; FIGUEIREDO, M. Tomando partido: imprensa e eleições presidenciais em 2006. **Política e Sociedade**, v. 6, n. 10, p. 153–172, 2007.
- AZEVEDO, F. A imprensa brasileira e o PT : um balanço das coberturas das eleições presidenciais (1989-2006). **Eco-Pós**, v. 12, n. 3, p. 48–65, 2009.

- AZEVEDO, F. **A grande imprensa brasileira: Paralelismo Político e Antipetismo (1989-2014)**. [s.l.] Universidade Federal de São Carlos, 2016.
- BELTRÃO, L. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre: Sulina, 1980.
- BERKEL, B. Political parallelism in news and commentaries on the Haider conflict. A comparative analysis of Austrian, British, German, and French quality newspapers. **Communications**, v. 31, n. 1, p. 85–104, 2006.
- BREED, W. Social Control in the Newsroom: A Functional Analysis. **Social Forces**, v. 33, n. 4, p. 326–335, 1955.
- BUCY, E. P.; GRABE, M. E. Taking Television Seriously: A Sound and Image Bite Analysis of Presidential Campaign Coverage, 1992-2004. **Journal of Communication**, v. 57, n. 4, p. 652–675, 12 dez. 2007.
- CERON, A.; MEMOLI, V. Trust in Government and Media Slant: A Cross-Sectional Analysis of Media Effects in Twenty-Seven European Countries. **The International Journal of Press/Politics**, v. 20, n. 3, p. 339–359, 2015.
- CERVI, E. U. **Análise de dados categóricos em Ciência Política**. Curitiba: Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, 2014.
- CERVI, E. U. **Manual de métodos quantitativos para iniciantes em Ciência Política - vol. 1**. Curitiba: CPOP UFPR, 2017.
- CLAYMAN, S. E. Tribune of the people: maintaining the legitimacy of aggressive journalism. **Media, Culture & Society**, v. 24, n. 2, p. 197–216, 1 mar. 2002.
- COOK, T. E. **Governing with the news**. Chicago: The University of Chicago Press, 2005.
- EBERWEIN, T.; PORLEZZA, C.; SPLENDORE, S. Media as Political Actors. In: MAZZOLENI, G. (Ed.). . **The International Encyclopedia of Political Communication**. [s.l.] John Wiley & Sons, 2015. p. 1–9.
- EILDERS, C. Synchronization of Issue Agendas in News and Editorials of the Prestige Press in Germany. **The International Journal of Communications Research**, v. 24, n. 3, p. 301–328, 1999.
- EILDERS, C. Partisanship. In: MAZZOLENI, G. (Ed.). . **The International Encyclopedia of Political Communication**. [s.l.] John Wiley & Sons, 2015. p. 1–8.
- ENTMAN, R. M. **Projections of power: framing news, public opinion, and U.S. foreign policy**. Chicago: The University of Chicago Press, 2004.
- FALLOWS, J. **Detonando a notícia: como a mídia corrói a democracia americana**.

- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- FONTES, G. S.; FERRACIOLI, P. Caso de polícia ou questão de saúde pública? Frames do jornalismo impresso sobre o uso de crack em São Paulo. **Brazilian Journalism Research**, v. 13, n. 3, p. 174–201, 2017.
- GOMES, W. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.
- GRABER, D. The media and democracy: beyond myths and stereotypes. **Annual Review of Political Science**, v. 6, p. 139–160, 2003.
- GRONEMEYER, M. E.; LEÓN-PORATH, V.; PORATH, W. Who has a say in political news? An analysis of sourcing trends in the Chilean quality press. **Journalism**, p. 1–19, 2018.
- GRONEMEYER, M. E.; PORATH, W. A Study on Homogeneity between Editorials and News Sources Opinions in the Chilean Reference Press. **Cuadernos.info**, v. 36, p. 139–153, 2015.
- GUAZINA, L.; PRIOR, H.; ARAÚJO, B. **Enquadramentos de uma crise: o impeachment de Dilma Rousseff em editoriais nacionais e internacionais** **Anais do VII Congresso da Compolítica**, 2017. Disponível em: <www.compolitica.org>
- HAGEN, L. M. Opportune Witnesses: An Analysis of Balance in the Selection of Sources and Arguments in the Leading German Newspapers' Coverage of the Census Issue. **European Journal of Communication**, v. 8, n. 3, p. 317–343, 1993.
- HAHN, K. S.; LEE, H.-Y.; LEE, J. Media Bias. In: MAZZOLENI, G. (Ed.). **The International Encyclopedia of Political Communication**. [s.l.] John Wiley & Sons, 2015. p. 1–9.
- HALLIN, D. C. Sound Bite News: Television Coverage of Elections, 1968–1988. **Journal of Communication**, v. 42, n. 2, p. 5–24, jun. 1992.
- HALLOCK, S. **Editorial and Opinion**. Praeger: Westport, 2007.
- JOBIM, D. **Espírito do Jornalismo**. São Paulo: Edusp, 1992.
- KLEIN, M. W.; MACCOBY, N. Newspaper Objectivity in the 1952 Campaign. **Journalism Quarterly**, v. 31, p. 285–296, 1954.
- KOVACH, B.; ROSENSTIEL, T. **Os elementos do jornalismo**. São Paulo: Geração Editorial, 2004.
- LAGE, N.; FARIA, T. **Diário Carioca : Resumo o primeiro degrau para a modernidade**. v. I, 2004.

LATTMAN-WELTMAN, F.; CHAGAS, V. Mercado futuro: a Economia Política da (re)partidarização da imprensa no Brasil. **Dados**, v. 59, n. 2, p. 323–356, 2016.

MARQUES, F. P. J.; MONT'ALVERNE, C.; MITOZO, I. B. A empresa jornalística como ator político : Um estudo quanti-qualitativo sobre o impeachment de Dilma Rousseff nos editoriais de Folha e Estadão. **Observatorio**, v. 12, n. 3, p. 224–245, 2018.

MCCOMBS, M. A Look at Agenda-setting: past, present and future. **Journalism Studies**, v. 6, n. 4, p. 543–557, 2005.

MIGUEL, L. F. Os meios de comunicação e a prática política. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 55–56, p. 155–184, 2002.

MONT'ALVERNE, C.; MARQUES, F. P. J. A. A opinião da empresa no Jornalismo brasileiro: Um estudo sobre a função e a influência política dos editoriais. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 12, n. 1, p. 121–137, 2015.

PAGE, B. I. The mass media as political actors. **PS: Political Science and Politics**, v. 29, n. 1, p. 20–24, 1996.

PATTERSON, T. E. The News Media: An Effective Political Actor? **Political Communication**, v. 14, n. 4, p. 445–455, 1997.

PÉREZ-LIÑÁN, A. **Presidential impeachment and the new political instability in Latin America**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

RIBEIRO, A. P. G. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. **Estudos Históricos**, v. 31, p. 147–160, 2003.

RIZZOTTO, C. C.; PRUDENCIO, K.; SAMPAIO, R. C. TUDO NORMAL: a pauta antipolítica no enquadramento multimodal da cobertura do impeachment de Dilma. **Comunicação & Sociedade**, v. 39, n. 3, p. 111–130, 2017.

RUPAR, V. Newspapers' production of common sense: The 'greenie madness' or why should we read editorials? **Journalism**, v. 8, n. 5, p. 591–610, 2007.

SCHUDSON, M. **Why democracies need an unlovable press**. Cambridge: Polity Press, 2008.

SHAW, E. F. Agenda-Setting and Mass Communication Theory. **International Communication Gazette**, v. 25, n. 2, p. 96–105, 1979.

SILVA, C. E. L. DA. **O adiantado da hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro**. São Paulo: Summus Editorial, 1990.

SPARROW, B. H. **Uncertain guardians: the news media as a political institution**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1999.

SPARROW, B. H. A research agenda for an institutional media. **Political Communication**, v. 23, n. 2, p. 145–157, 2006.

TRESCH, A. The (Partisan) role of the press in direct democratic campaigns: Evidence from a swiss vote on European integration. **Swiss Political Science Review**, v. 18, n. 3, p. 287–304, 2012.

TUCHMAN, G. **Making news: A study in the Construction of Reality**. [s.l.] Free Press, 1978.

VAN AELST, P. et al. Lawmaking and News Making: Different Worlds after all? A Study on News Coverage of Legislative Processes in the Netherlands. **The Journal of Legislative Studies**, v. 21, n. 4, p. 534–552, 2015.

WEAVER, D. H.; MCCOMBS, M. E.; SPELLMAN, C. O Caso Watergate e os media. In: TRAQUINA, N. (Ed.). . **O poder do Jornalismo. Análise e textos da Teoria do Agendamento**. Coimbra: Minerva Editora, 2000. p. 77–95.